

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

DRAMATURGIA BAIANA E CENSURA MILITAR UM OLHAR SOBRE AS LEXIAS CENSURADAS DE CUNHO SÓCIO-POLÍTICO

Isabela Santos de Almeida (UNEB)

izza_almeida@hotmail.com

Rosa Borges dos Santos (UNEB/ UFBA)

rosa.bs@terra.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Após anos de Ditadura Vargas, o Brasil conhece um período de maior abertura social e política e conseqüente desenvolvimento nos âmbitos cultural e econômico. Era possível pensar o país em que se vivia: sua conjuntura, seus problemas sociais, elaborar a experiência vivida e representá-la através da arte. É nesse âmbito que surge o teatro contemporâneo brasileiro. A dramaturgia presencia, desde então, um período de franco desenvolvimento, com o surgimento de grupos teatrais, como o Teatro Oficina e o Teatro de Arena. Percebe-se uma crescente profissionalização da classe de artistas, a incorporação de novas linguagens e novos conhecimentos técnicos à cena teatral, o reconhecimento de dramaturgos brasileiros como Ariano Suassuna, Nelson Rodrigues e Dias Gomes, bem como a emergência de um público interessado em teatro.

Na Bahia, o processo de modernização da cidade de Salvador conta com a presença da UFBA sob a influência do reitor Edgard Santos, que incentivou a estruturação das escolas de artes, responsáveis por empreender uma renovação e profissionalização da arte na Bahia.

O Golpe Militar de 1964 tolhe a nova produção teatral, uma vez que institui a censura prévia e impõe um controle às produções artísticas, submetendo-as ao Serviço de Censura de Diversões Públicas, órgão vinculado ao Departamento de Polícia Federal e ao Ministério da Justiça. A arte é, assim, encarada co-

mo objeto de investigação policial. Este tratamento dado ao teatro impelirá dramaturgos, atores e diretores a buscar, nos elementos constitutivos da cena teatral, alternativas que preservassem a mensagem original do texto.

Estabeleceu-se como *corpus* para o presente trabalho o texto teatral '*Em Tempo*' No Palco (1978) de Chico Ribeiro Neto, jornalista e dramaturgo baiano, com significativa participação no teatro durante o período da ditadura militar. Objetiva-se analisar os cortes de cunho sócio-político, discutindo as relações entre as acepções das palavras que foram cortadas e o contexto social e histórico no qual elas se inserem. Pretende-se também pontuar alguns possíveis elementos que se constituíram como motivos para o veto, relacionando a carga semântica do vocábulo com o contexto sócio-histórico no qual ele está inserido. Desta forma, o vocabulário utilizado pelo escritor, poderá ser compreendido como um modo de acesso à cultura de seu tempo, seus valores morais e seus sentimentos em relação aos eventos ocorridos durante a ditadura militar.

Levando-se em consideração que é a partir do sistema lexicual que o indivíduo compreende e organiza o mundo, busca-se empreender uma leitura do vocabulário utilizado pelo autor/dramaturgo (*scriptor*) a partir da representação que este faz da conjuntura vivida no texto literário-dramático. Representação esta, que pode ser feita, pelo menos de duas maneiras: a) por meio das palavras utilizadas pelo autor na tessitura do seu texto; b) por meio das marcas que o censor empreende no texto.

O TEXTO "EM TEMPO" NO PALCO

Trata-se de um texto teatral escrito em 1978 por Chico Ribeiro Neto com finalidade de divulgar o jornal *Em Tempo*, jornal de esquerda, comprometido com a denúncia social e com a oposição ao governo. Composto por um ato, dividido em oito cenas, o texto representa em cada uma das cenas aspectos da sociedade

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

brasileira, a saber: *terras, trabalho, greves, educação, ataques* [de grupos terroristas] *aos jornais, torturas, exilados*. Como num relato jornalístico, narram-se fatos por meio de notícias e de depoimentos, demarcando um posicionamento ideológico.

A peça encontra-se em testemunho único, trata-se da reprodução de um texto datiloscrito com 30 folhas e 1121 linhas. As folhas estão numeradas no ângulo superior direito, no formato 'pg. 1'. Carimbo da SBAT rubricado nas folhas 1 e 30. O texto apresenta bom estado de conservação. Os Cortes são feitos a tinta azul e carimbo "CORTE", em tinta na mesma cor e estão presentes às folhas: 2, 3, 4, 5, 6, 8, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29.

Tal texto foi submetido à edição interpretativa, objetivando-se resgatar o texto do autor, mutilado pelos cortes, tornando-o acessível aos diversos setores da sociedade e da academia. Este tipo de edição permite a correção de erros óbvios, atualização de grafia e inserção de comentários à margem, tornando possível ao editor disponibilizar um texto fidedigno para a consulta geral e para a encenação.¹⁴

LEXIAS NO CONTEXTO DA CENSURA: OS CORTES DE CUNHO SÓCIO-POLÍTICO

Para se proceder ao estudo do vocabulário sócio-político do referido texto fez-se necessário descrevê-lo, tomando-se como base as orientações dadas na teoria dos campos léxicos por E. Coseriu (1991). Em linhas gerais, a teoria postula que as lexias agrupadas em um campo são constituídas por uma mesma substância semântica linguisticamente formada, opondo-se por traços mínimos que as diferenciam.

¹⁴ Este artigo é parte de trabalho de conclusão de curso que está em etapa de finalização e compreende edição do texto "*Em Tempo*" *No palco*, e estudo de vocabulário.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Censura-se a representação da ação de setores da sociedade que buscam modificar a conjuntura, que afrontam o poder estabelecido; vetam-se críticas ao sistema político, ao desrespeito a valores universais como a liberdade, o direito e à justiça. Economia, educação, religião, ao serem representadas como instrumentos de dominação e doutrinação da sociedade brasileira, ou ainda, como forma de resistência a essa dominação, são sumariamente eliminados do texto. As denúncias aos porões da ditadura correspondem aos trechos, em geral, mais cortados e dizem respeito aos modos de tortura, aos responsáveis pela tortura e aos torturados.

Os cortes de cunho sócio-político possuem especificidades que os diferenciam de outros tipos de corte. Neste caso, salvo exceções, o corte não se dá a palavras específicas, mas sim, ao valor ideológico que estas assumem num dado contexto, ou ainda, a partir do entendimento do censor do que seria subversivo. Ao passo que nos cortes de cunho moral as lexias vetadas são mais facilmente identificadas. Trata-se, na maioria das vezes, de palavras de baixo calão e de cunho sexual, como exemplo cita-se o texto *Fala baixo senão eu grito*¹⁵ de Leilah Assunção, no qual os cortes são feitos às palavras *porra* (24 ocorrências), *babaca* (2 ocorrências), *puta que pariu* (13 ocorrências), *puto da vida* (1 ocorrência) e *bunda* (2 ocorrências).

OBSERVAÇÕES A PROPÓSITO DO VOCABULÁRIO CENSURADO

O vocabulário sócio-político censurado do texto “*Em tempo*” *No palco* refere-se ao veto da circulação de certos sentidos, sobretudo aqueles que faziam denúncia à conjuntura política e que eram considerados subversivos pela censura militar. Segundo

¹⁵ Testemunho localizado no banco de texto do Espaço Xisto Bahia, Biblioteca Central dos Barris Salvador, Bahia

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Orlandi (1997, p. 107), “A censura tal como definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições”. Tal proposição torna explícito o fato de haver, num mesmo texto ocorrências de uma dada palavra, ora cortada ora não, e dá a entender que o veto à lexia é, também, um veto ao sujeito enunciador, ao seu discurso, seus sentimentos, suas memórias e as de sua comunidade lingüística.

Apresenta-se a partir de agora uma leitura das lexias censuradas, partindo do contexto sócio-histórico no qual elas figuram. Será possível, assim, observar de forma mais clara as estreitas relações entre a língua e a sociedade, o sistema lexical e a cultura, permitindo, a partir dos estudos do léxico, vislumbrar a conjuntura sócio-política no qual este vocabulário foi utilizado. Utiliza-se o destaque em negrito para indicar a lexia censurada, e parênteses uncinados “ “ para indicar o trecho cortado, seguido da indicação de folha (f.) e linhas (l.).

Entende-se por **atores sociais** aqueles indivíduos, que lutam contra o *status quo*, buscando uma melhoria das condições sociais. A comparação estabelecida entre o **trabalhador** e o **escravo** em “de fato o **tra- / balhador** continuou sendo **escravo**” (f. 15, l. 17-18), denuncia a verdadeira situação desta classe, claramente oposta àquela veiculada pela ditadura, a do trabalhador como um sujeito de direitos, imbuído da nobre função de construir o país.



Veja-se este pensamento expresso na propaganda “Você constrói o Brasil” (fig.1). A campanha utiliza imagens da construção civil, de operários em fábricas, valorizando a máxima proferida por Rousseau ‘o trabalho dignifica o homem’. Dota-os da ilustre responsabilidade de produzir riquezas para um país em franco desenvolvimento, incentivando o ufanismo e ocultando a imagem de um indivíduo explorado, com salários defasados e condições de vida deficitárias.¹⁶

É o trabalhador brasileiro quem mais sofre com os problemas econômicos do país. Enganado pela falácia **deixa o bolo crescer**, ele continua esperando que, em breve, a riqueza que ajudou a produzir seja-lhe devolvida. No entanto, a ditadura não consegue sustentar a farsa mostrada pelos números, percebe-se que o **milagre brasileiro** não passou da aparência, que o sentimento de estabilidade era passageiro e que a **inflação** voltaria com mais força, incidindo diretamente sobre o poder de compra da classe trabalhadora.

¹⁶ Depois deste parágrafo havia uma legenda indicativa de que aqui deveria ser inserida uma figura: Fig.1 Propaganda do governo militar: “Você constrói o Brasil”

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Nesse contexto de opressão social, o trabalhador vê-se fadado à miséria, sente-se impedido de lutar contra esse fato. O operariado, então, se organiza por meio do **sindicato**, e se rebela contra a ordem fazendo a **greve**, encarando-a como “principal instrumento de luta por melhoria das condições salariais e de trabalho.” (f. 14 l. 31-33). O medo disseminado pela ditadura militar impede que os trabalhadores lutem, falem. Durante a vigência da ditadura militar no Brasil, têm-se notícia de duas principais greves de operários: a da Belgo-Mineira e a da Saab-Scania.

No ano de 1968, em Contagem, Minas Gerais, explode a **greve** de metalúrgicos da Belgo-Mineira, que, em três dias atinge outras quatro indústrias. No início contavam-se mil e duzentos trabalhadores, rapidamente esse número passa a dezesseis mil, número que materializam a metáfora “A **greve** vira um rio e corre solta.” (f. 14, l. 7). Gaspari complementa: “Depois de duas semanas de negociações, os trabalhadores levaram um abono de 10% e o gosto de terem ferido a política salarial do governo” (2002a, p. 288). Assim muito mais do que representar um acréscimo de 10% por cento ao salário, a greve expurga parte do sentimento de revolta insuflado pela ditadura militar, afasta, mesmo que por pouco tempo, o medo. Outra greve nessas proporções só seria vista em 1978 na greve da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, que marca o retorno das grandes mobilizações operárias.

No âmbito da educação no Brasil, é durante o período da ditadura que se percebe uma incisiva interferência do sistema político no sistema educacional. Este é um dos setores da sociedade que enfrenta severas restrições e perseguições, pois é por meio das **universidades**, das escolas, que se constroem as resistências, se disseminam as idéias e se introduzem as sementes do pensamento crítico nas jovens mentes.

Quanto ao **estudante**, ignora-se comumente sua força política, seu poder de luta e seu papel na sociedade. Não obstante, o que se representa no texto são estudantes enquanto indivíduos,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dotados da força e da determinação próprias da juventude. Possuidores de uma reflexão crítica acerca da conjuntura vivida e uma ação de oposição ao governo estabelecido em favor da sua sociedade. Os estudantes tornam-se, dessa maneira, alvo da repressão ditatorial, culminando na instituição do decreto-lei 477.

A ditadura militar encara, pois, os membros sistema educacional como ameaças em potencial ao regime. Expede-se o decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definia infrações e estabelecia punições a estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino, impondo restrições à comunidade escolar, similares às que o AI-5 promoveu a toda sociedade. A aplicação deste decreto-lei se mostra tão comum que o seu número de identificação é substantivado e se torna uma entidade a perseguir **professores**, estudantes e funcionários, vide trecho “o 477 perseguindo **estudantes**.” (f. 18, l. 30).

O governo militar passa a uma ostensiva ocupação das universidades, o texto da peça retrata a invasão da Universidade de Brasília, na qual **professores** foram humilhados, exonerados, exilados, desapareceram ou foram sumariamente substituídos por **falsos professores**, a maioria destes sem competência para aquela função. Este fato tem significativa importância para a memória da sociedade brasileira, uma vez que se promove um ensino desqualificado e, conseqüentemente, concorre-se para o empobrecimento da formação do estudante e logo do profissional, que atenderá à sociedade. A presença desses **falsos professores** descaracteriza a **universidade**, em sua função social, a de promover desenvolvimento científico e tecnológico influenciando do país, veja-se o trecho:

Quando se põe um / falso lá dentro, quando se tira os melhores / cientistas, as melhores cabeças do país, e e- / les são postos pra fora e se põe **falsos profes / sores**, é claro que a **Universidade** toda fica de / formada. Essa deformação de uma **Universidade** / sem liberdade, proibida de lutar pelo país, de / discutir sua própria sociedade, oprimida. E_s / ta **Universidade** está deformada e a crise não é / de crescimento, é crise de liberdade. (f. 20, l. 9-18)

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

No que concerne ao sistema político, percebe-se que a ação do censor se dá numa tentativa de suprimir uma imagem indesejada do regime ditatorial. Assim, é necessário manter a imagem de um regime democrático, que se ocupa das classes inferiores, respeita a soberania do povo, protege o país das ameaças oblíquas do comunismo, mas que para tanto utiliza a força. O uso de *lexias* como **governo** e **governo ditatorial** denunciam a percepção que o sujeito contemporâneo possui do modo como seu país é governado, entendendo-o como um sistema político baseado na ameaça e na violência contra o cidadão de bem.

Regime ditatorial, por sua vez, indica a concentração do poder, em todos os seus níveis, nas mãos de um único grupo político, idéia que se opõe a de **democracia**, cujo pilar central compreende o poder que emana do povo e um governo que respeita este poder. O posicionamento crítico expresso pelo autor/dramaturgo (*scriptor*) é vetado, ao se postular que a **democracia** é um sistema político que, em verdade, o Brasil não conhece: “Nunca conhecemos **democra- / cia**.” (f. 15, l. 14-20).

No momento em que o se descreve comportamento do **Estado**, questiona-se sua integridade. Põem-se em dúvida a organização das instituições públicas, da administração política e dos interesses defendidos pelos governantes. As *lexias* **sociedade** e **país**, por outro lado, evocam a insatisfação dos indivíduos que as constituem e a angústia de não ser possível lutar pela sua nação. Nesse sentido, impossibilita-se a representação do desejo amordaçado de se “lutar pelo **país**, / de discutir sua própria **sociedade** oprimida” (f. 20, l. 15-16).

Com o advento do regime militar, muitas **organizações sociais de oposição** são postas na ilegalidade e perseguidas. Em Aracaju, Sergipe, põe-se em ação a “operação cajueiro”, cujo objetivo era capturar integrantes do **Partido Comunista Brasileiro**, que uma vez capturados eram torturados, encaminhados ao **28º Batalhão de Caçadores** (Aracaju - SE), onde os presos eram

avaliados em seu estado de saúde, o que decidia sua permanência no hospital ou retorno à tortura.

Os **sindicatos** eram, também, alvos da repressão. Por representarem uma forma de luta sistematizada pelos direitos do trabalhador, muitas destas organizações foram invadidas, tiveram seus líderes presos, torturados e substituídos por agentes do governo. Estas organizações são exemplos das **forças de oposição**, que se encontravam oprimidas, mas que representavam um potencial de luta e de mobilização, demonstrado posteriormente nas grandes **manifestações populares** pela redemocratização do país como a luta pelas diretas-já.

E só é possível quebrar o fundo da garrafa on- / de estão comprimidas **as forças de oposição** se os / trabalhadores se colocarem à frente da luta pelas / liberdades democráticas, assumindo o papel de / sujeitos da transformação social (f. 41. 35-38, f. 5, l. 1)

Para resistir a essa opressão cotidiana, os oposicionistas tomavam algumas atitudes como a constante desconfiança em relação às pessoas, representada no texto na seguinte passagem: “É por isso que eu só **falo de po- / lítica** com gente que conheço há pelo menos / cinco anos.” (f. 12, l. 29-31). Outras vezes a atitude se dá de forma escancarada, aberta **grita-se, denuncia-se, briga-se, reclama-se, manifesta-se** uma idéia. Sabendo-se passíveis de serem punidos, desenvolvem estratégias para fugir da repressão, essas estratégias vão desde evitar o perigo **fugindo**, até, na impossibilidade de se conviver com o sofrimento físico e psicológico, causado pela tortura, culminado no **suicídio**.

Segundo Bobbio *et al* (1997), numa ditadura suspendem-se todas as regras constitucionais por tempo indeterminado, consoante a isso, utiliza-se a força para que as novas regras, impostas pelo sistema, sejam cumpridas. E é por isso que a história da **repressão** se dá de forma ampla e irrestrita nos governos militares. Os castigos eram infligidos pela imposição de uma atitude ou pelo uso da força. Na imposição temos a do silêncio, por meio da ordem de **calar a boca**, ou de ter que acreditar em uma mentira

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

“difícil de engolir”, representada no texto por **pílula**. De forma geral, os órgãos de repressão **baixavam o pau**, ou seja, aplicavam castigo corporal, **batiam** inadvertidamente e de forma indiscriminada.

Prisões eram efetuadas por motivos banais, tais como não portar carteira de identidade ao sair de casa, vestir camisas vermelhas. Uma vez preso o risco de ser submetido à **tortura** era quase inevitável. Iniciada como uma prática ilícita, obscura, foi facilmente absorvida pelo governo militar como forma efetiva de aniquilação física, psicológica e moral do opositor do regime. Sobre a tortura na ditadura militar Séan Mac-Bride (*apud* Gaspari, 2002b, p.297) afirma que “Hoje, no Brasil, a tortura não é mais um simples ingrediente nos interrogatórios jurídicos. Ela se tornou uma arma política [...] A tortura é sistematicamente aplicada, às vezes até mesmo antes que o interrogatório propriamente dito seja iniciado”.

A **tortura** não se dava de forma assistemática. Os **torturadores** recebiam apostilas e tinham aulas práticas, que envolviam o *know-how* fornecido pelos agentes da CIA (*Central Intelligence Agency*). Citam-se como técnicas de tortura mais rotineiramente utilizadas o **choque elétrico, fio elétrico, socos pontapés, afogamentos, espancamentos e ainda eucaristia**, metáfora para a introdução de um fio elétrico na boca de Frei Tito de Alencar¹⁷.

¹⁷ Frei Tito de Alencar: frei católico, preso pela primeira vez num congresso da UNE, desde então, foi perseguido pelo governo, preso novamente por oferecer cobertura a Carlos Marighella. Foi torturado inúmeras vezes, perdeu suas faculdades mentais, se refugiou em Lyon na França e é constantemente atormentado pelos fantasmas dos seus algozes, por fim se suicida em 1974.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca do vocabulário censurado encontram-se ainda insipientes. Espera-se que este trabalho seja um primeiro passo para sua efetivação, uma vez que os exemplos dados são importantes para o entendimento da ação da censura no que diz respeito aos cortes de cunho sócio-político, bem como para a compreensão do momento sócio-histórico a partir do estudo do vocabulário censurado do autor/dramaturgo (*scriptor*), representante de sua comunidade linguística. Para a compreensão das motivações ao veto, observa-se a importância do contexto no qual figura a lexia; a “subversão”, desta forma, não se encontra apenas na utilização de uma determinada palavra, mas sim no contexto no qual ela se apresenta. Verifica-se, então, a especificidade do empreendimento desses cortes. Nesse sentido, deter-se a enumeração dos traços distintivos do campo sócio-político censurado mostra-se insuficiente para a compreensão da conjuntura a partir do estudo do léxico, da presença do indivíduo no enunciado, bem como suas condições de produção e sua ideologia.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 10^a ed. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias, 1997, 2 v
- COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. 2^a ed. Madrid: Gredos, 1991.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002a.
- . *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002b.
- GUERRA, Guido. *A noite dos coronéis*. Salvador: Assembléia Legislativa, Academia de Letras da Bahia, 2005, v. 1, p.15-44.

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negria (org.) *As ciências do léxico: lexicografia, lexicologia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: UNICAMP, 1995.

SIMON, Maria Lúcia Mexias. O vocabulário da escravidão. **In:** —. *O falar da escravidão*. O Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, cap. 4, p. 37-53.

SANTOS, Rosa Borges dos. Algumas observações acerca do vocabulário censurado em textos teatrais produzidos na Bahia. **In:** *XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos*, 2006, João Pessoa. XXI Jornada nacional de Estudos Lingüísticos. João Pessoa: Idéia, 2006, p. 183-190.